

PARECER ÚNICO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL
GCA/DIUC Nº 013/2020

1 – DADOS DO EMPREENDIMENTO

Empreendedor / Empreendimento	ABC Agricultura e Pecuária S/A ABC A&P – Fazenda Bela Vista
CNPJ	19.929.074/0009-92
Município	Monte Alegre de Minas/MG
Endereço	Rodovia BR 153, Km 77, Zona rural, Monte Alegre de Minas/MG
Nº PA COPAM	26355/2011/001/2013
Atividade - Código	Culturas anuais, excluindo a olericultura – G-01-03-1; Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil – A-01-03-1.
Classe	3
Nº da Licença Ambiental	LOC Nº 072/2019 Data da reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris – CAP do COPAM, na qual o empreendimento foi licenciado: 19/02/2019
Condicionante de Compensação Ambiental	06- “Protocolar, perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF, processo de compensação ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria do IEF nº55, de 23 de abril de 2012.”
Estudo Ambiental	EIA/RIMA/PCA
Valor Contábil Líquido - VCL do empreendimento (Fev/2018)	R\$ 10.980.375,98
Valor Contábil Líquido do empreendimento atualizado (Jan/2020) ¹	R\$ 11.839.200,60
Valor do GI apurado:	0,4400%
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (Jan/2020)	R\$ 52.092,48

¹ Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de fevereiro/2018 à janeiro/2020. Taxa: 1,0782145 – Fonte: TJ/MG.

2 – CÁLCULO DO GRAU DE IMPACTO

Tabela de Grau de Impacto - GI			
Índices de Relevância	Valoração Fixada	Valoração Aplicada	Índices de Relevância
<p>Ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas, novas e vulneráveis e/ou interferência em áreas de reprodução, de pousio ou distúrbios de rotas migratórias.</p> <p><u>Razões para a marcação do item</u></p> <p>Conforme EIA, foram identificadas 20 espécies de mamíferos. Deste total, 04 espécies figuram na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção do Estado de Minas Gerais (COPAM). Dentre as espécies de mamíferos registradas durante o levantamento de fauna, algumas se encontram na lista nacional de espécies ameaçadas de extinção do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2003), são elas: <i>Myrmecophaga tridactyla</i> (tamanduá-bandeira), <i>Chrysocyon brachyurus</i> (lobo guará), <i>Puma concolor</i> (onça-parda) e <i>Leopardus pardalis</i> (jaguaritica), todas classificadas na categoria “vulnerável” de ameaça. (EIA P.46)</p>	0,0750	0,0750	X
<p>Introdução ou facilitação de espécies alóctones (invasoras).</p> <p><u>Razões para a marcação do item:</u></p> <p><u>Segundo informado nos estudos, uma das atividades da Fazenda Bela Vista é a Pecuária com consequentemente formação de pastagens, que segundo RIMA, são utilizadas as espécies forrageiras: braquiária e crotalárias.(RIMA p.5)</u></p> <p>Portanto foram identificadas espécies alóctones invasoras na lista de espécies sugeridas para plantio.</p>	0,0100	0,0100	X
<p>Interferência/supressão de vegetação, acarretando fragmentação.</p> <p><u>Razões para a não marcação do item</u></p> <p>Segundo PU do processo de licenciamento ambiental, não houve pedido de intervenção ambiental por parte do empreendedor, nem foram</p>	<p>Ecosistemas especialmente protegidos (Lei 14.309)</p> <p>Outros biomas</p>	<p>0,0500</p> <p>0,0450</p>	

observadas intervenções anteriores que pudessem ou necessitassem de regularização. (PU página 8).				
Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos. <u>Razões para a não marcação do item</u> - Grau de potencialidade de ocorrência de cavidades “Baixo”. - Conforme Mapa 03 as Áreas de Influência do empreendimento localizam-se predominantemente em locais de “Baixo” probabilidade de cavernas segundo a classificação e dados disponíveis no CECAV/ICMBio. Segundo EIA/RIMA e PU, após levantar todas as características do entorno e da área, esta também foi percorrida, confirmando assim a inexistência de cavidades naturais. De acordo com as interpretações de imagens de satélite da área de interesse, através do Google Earth, também não foram reconhecidas feições do exocarste, como dolinas, cones cársticos, canyons ou vales cegos. Foi possível apenas observar a diferenciação da litologia e vegetação. (EIA p.141) Segundo a análise da GCA, constatou -se a inexistência de cavernas na área de estudo. Desta forma, infere-se que não há restrições do ponto de vista espeleológico para operação do empreendimento. Dessa forma, conclui-se que não há elementos concretos que subsidiem a marcação do item <i>Interferência em cavernas, abrigos ou fenômenos cársticos e sítios paleontológicos</i> , portanto o mesmo não será considerado na aferição do Grau de Impacto.		0,0250		
Interferência em unidades de conservação de proteção integral, sua zona de amortecimento, observada a legislação aplicável. <u>Razões para a não marcação do item</u> Não existem UCs de proteção integral num raio de 3 km do empreendimento.		0,1000		
Interferência em áreas prioritárias para a conservação, conforme o Atlas “Biodiversidade em	Importância Biológica Especial	0,0500		

Minas Gerais – Um Atlas para sua Conservação”. <u>Razões para a marcação do item</u> O empreendimento está localizado em área de importância biológica do Mapa Síntese das Áreas Prioritárias para conservação de Minas Gerais em “Extrema” (ver mapa 05 “Áreas Prioritárias para a Conservação” em anexo). Dessa forma, deverá ser considerado para aferição do Grau de Impacto a marcação do item de importância biológica “Extrema”.				
	Importância Biológica Extrema	0,0450	0,0450	X
	Importância Biológica Muito Alta	0,0400		
	Importância Biológica Alta	0,0350		
Alteração da qualidade físico-química da água, do solo ou do ar. <u>Razões para a marcação do item</u> Os estudos ambientais e/ou pareceres SUPRAM apresentam impactos relativos a este item.		0,0250	0,0250	X
Rebaixamento ou soerguimento de aquíferos ou águas superficiais. <u>Razões para a marcação do item</u> No estudos ambientais e pareceres da SUPRAM TMAP foram identificados impactos relacionados a este item. A própria compactação sobre as superfícies afetadas, com a conseqüente redução de porosidade e permeabilidade, é fator que intensifica a concentração do fluxo de água. As alterações ocasionadas pela compactação do solo são responsáveis pela modificação da dinâmica hídrica local. Isso reflete na alteração do padrão das taxas de infiltração e escoamento superficial ainda que local. Como consequência ocorrem distúrbios na dinâmica da drenagem natural superficial e/ou subterrânea para o local.		0,0250	0,0250	X
Transformação de ambiente lótico em lântico. <u>Razões para a marcação do item</u> Em consulta ao parecer único da SUPRAM TMAP				

de Minas Nº 0061254/2019, localizamos barramento em curso de água, sem captação com 4,2m³ de volume máximo acumulado, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 19° 1' 52,99"S e de longitude 48° 58' 52,23"W, para fins de Regularização de vazão. Cadastro efetivado em 22 de fevereiro de 2017 com validade de 3 anos. atividades e ações relacionadas à implantação de barramentos. (PU nº0061254/2019 p.8)	0,0450	0,0450	X
Interferência em paisagens notáveis. <u>Razões para a não marcação do item</u> Não foram identificados impactos em paisagens notáveis no âmbito do Parecer SUPRAM TMAP e estudos ambientais.	0,0300		
Emissão de gases que contribuem para o efeito estufa <u>Razões para a marcação do item</u> Os estudos ambientais e/ou parecer da SUPRAM TMAP não deixam dúvidas de que o empreendimento prevê a emissão de gases estufa (GEE), as quais são relacionadas aos processos de combustão em máquinas, chaminé da caldeira e veículos, seja na implantação e/ou operação do empreendimento.	0,0250	0,0250	X
Aumento da erodibilidade do solo. <u>Razões para a marcação do item</u> O PCA, página 22 não deixa dúvidas da ocorrência deste impacto: <i>"Foi realizada a terraplenagem do terreno para instalação dos equipamentos previstos no EIA. Tal procedimento resulta na remoção da biota superficial do solo, alterando suas características, possibilitando eventualmente a ocorrência de erosão, além de provocar compactação do solo."</i> (PCA p.22)	0,0300	0,0300	X
Emissão de sons e ruídos residuais. <u>Razões para a marcação do item</u> Segundo os estudos ambientais a geração de emissões sonoras durante a fase de plantio das culturas (sorgo, soja e milho) assemelha-se àquela decorrente de obras civis de prédios urbanos, resultante principalmente de máquinas, tratores e equipamentos utilizados em construções. (PU p.4)	0,0100	0,0100	X

A extração de cascalho para utilização própria (10.000 m³/ano) também contribuem para vibração e aumento da pressão sonora (afugentamento da fauna).			
Somatório Relevância	0,6650		0,2900
Indicadores Ambientais			
Índice de temporalidade (vida útil do empreendimento)			
<u>Razões para a marcação do item</u>			
Considerando a vida útil do empreendimento é longa, considerando que os impactos ambientais ocorrerão ao longo de toda sua operação, o índice de temporalidade a ser marcado é o “Duração Longa”.			
Duração Imediata – 0 a 5 anos	0,0500		
Duração Curta - > 5 a 10 anos	0,0650		
Duração Média - >10 a 20 anos	0,0850		
Duração Longa - >20 anos	0,1000	0,1000	X
Total Índice de Temporalidade	0,3000		0,1000
Índice de Abrangência			
<u>Razões para a marcação do item</u>			
A All do empreendimento é definida nos estudos como Área de Influência Indireta (All) da Fazenda Bela Vista, considerou-se para delimitação da Área de Influência Indireta (All) da a área da bacia hidrográfica do rio Tijucu, onde este percorre o município de Monte Alegre de Minas e seus afluentes diretos. (EIA p.15)			
Área de Interferência Direta do empreendimento	0,0300		
Área de Interferência Indireta do empreendimento	0,0500	0,0500	X
Total Índice de Abrangência	0,0800		0,0500
Somatório FR+(FT+FA)			0,4400
Valor do GI a ser utilizado no cálculo da compensação		0,4400%	

3- APLICAÇÃO DO RECURSO

3.1 Valor da Compensação ambiental

O valor da compensação ambiental foi apurado considerando o Valor de referência do empreendimento informado pelo empreendedor e o Grau de Impacto – GI (tabela em anexo), nos termos do Decreto 45.175/09 alterado pelo Decreto 45.629/11:

Valor de referência do empreendimento (Fev/2018)	R\$ 10.980.375,98
Valor de referência do empreendimento atualizado (Jan/2020)	R\$ 11.839.200,60

Taxa TJMG ²	1,0782145
Valor do GI apurado:	0,4400%
Valor da Compensação Ambiental (GI x VR) (Jan/2020)	R\$ 52.092,48

Ressaltamos que a planilha de Valor de Referência (VR) é um documento autodeclaratório elaborado pelo empreendedor, sendo de sua total responsabilidade. O responsável pelo preenchimento do referido documento é o Sr. Maximir Dias de França mediante nº de controle: MT-006930/O-9T-MS Para a elaboração do presente parecer, apenas verificamos se os campos da coluna VALOR TOTAL referente aos investimentos (R\$) estavam ou não preenchidos na planilha VR, sendo que uma justificativa deveria ser apresentada no último caso. O escopo do presente parecer técnico não inclui a apuração contábil ou financeira dos valores (R\$) constantes da planilha VR, bem como a checagem do teor das justificativas. O VCL referente a 19/02/2018 foi extraído da planilha, atualizado e, posteriormente foi utilizado para a obtenção da compensação ambiental.

3.2 Unidades de Conservação Afetadas

Conforme apresentado no mapa “Unidades de Conservação”, em anexo, o empreendimento não afeta quaisquer Unidades de Conservação.

3.3 Recomendação de Aplicação do Recurso

Obedecendo a metodologia prevista, bem como as demais diretrizes do POA/2020 este parecer faz a seguinte recomendação para a destinação dos recursos:

Valores e distribuição dos recursos	
Regularização Fundiária da UCs (60%)	R\$ 31.255,49
Plano de Manejo Bens e Serviços (30%)	R\$ 15.627,74
Estudos para criação de Unidades de Conservação (5%)	R\$ 2.604,62
Desenvolvimento de pesquisa em unidade de conservação em área de amortecimento (5%)	R\$ 2.604,62
Valor total da compensação: (100%)	R\$ 52.092,48

Os recursos deverão ser repassados ao IEF em até 04 parcelas, o que deve constar do Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o órgão.

² Fator de Atualização Monetária Baseado na Variação de: ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-R/INPC – de fev/2018 à jan/2020. Taxa: 1,0782145 – Fonte: TJ/MG.

4 – CONTROLE PROCESSUAL

O presente expediente refere-se a Processo de Compensação Ambiental, pasta GCA nº 1405, encontra-se devidamente formalizado, estando a documentação juntada em concordância com a Portaria IEF nº 55, de 23 de abril de 2012.

O pedido de compensação ambiental refere-se ao processo de licenciamento ambiental nº 26355/2011/001/2013 Licença de Operação Corretiva, que visa o cumprimento da condicionante nº 06 estabelecida no parecer único de licenciamento ambiental nº 0061254/2019 (fls. 41), para fins de compensação dos impactos ambientais causados pelo empreendimento, nos moldes estabelecidos pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.

De acordo com as declarações apresentadas pelo empreendedor às fls. 62 e 63, o empreendimento não afeta quaisquer unidade de conservação, situação confirmada pela análise técnica.

O empreendimento foi implantado após 19 de julho de 2000, conforme declaração acostada às fls. 61. Dessa forma, conforme inciso II, art. 11, do Decreto Estadual nº 45.629/2011, que alterou o Decreto 45.175/2009:

Art. 11. O valor de referência de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental será definido da seguinte forma:
(...)

II - para as compensações ambientais de empreendimentos implantados após a publicação da Lei Federal nº 9.985, de 2000: será utilizado o valor de referência estabelecido no inciso IV do art. 1º do Decreto nº 45.175, de 2009, com a redação dada por este Decreto, apurado à época da implantação do empreendimento e corrigido com base no índice de atualização monetária.

O empreendedor apresentou à GCA/IEF o Valor de Referência (VR) na forma de planilha, devidamente calculado, preenchido, datado e assinado pelo contador do empreendimento, profissional legalmente habilitado, acompanhada da devida Certidão de Regularidade Profissional, em conformidade com o art. 11, §1º do Decreto Estadual 45.175/2009 alterado pelo Decreto Estadual nº 45.629/2011.

Ressalta-se que o valor de referência é um ato declaratório, cuja responsabilidade pela veracidade do valor informado é do empreendedor, sob pena de, em caso de falsidade, submeter-se às sanções civis, penais e administrativas, não apenas pela prática do crime de falsidade ideológica, como também, pelo descumprimento da condicionante de natureza ambiental, submetendo-se às sanções da Lei 9.605/98, Lei dos Crimes Ambientais.

A sugestão de aplicação dos recursos financeiros a serem pagos pelo empreendedor, a título de compensação ambiental, neste parecer, estão em conformidade com a legislação vigente, bem como, com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Operativo Anual – POA/2020.

5 - CONCLUSÃO

Considerando a análise, descrições técnicas empreendidas e a inexistência de óbices jurídicos para a aplicação dos recursos provenientes da compensação ambiental a ser paga pelo empreendedor, nos moldes detalhados neste Parecer, infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Art. 13, inc. XIII do Decreto Estadual nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação ambiental não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

Este é o parecer.

Smj.

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2020.

Elenice Azevedo de Andrade

Analista Ambiental
MASP: 1.250.805-7

Elaine Cristina Amaral Bessa

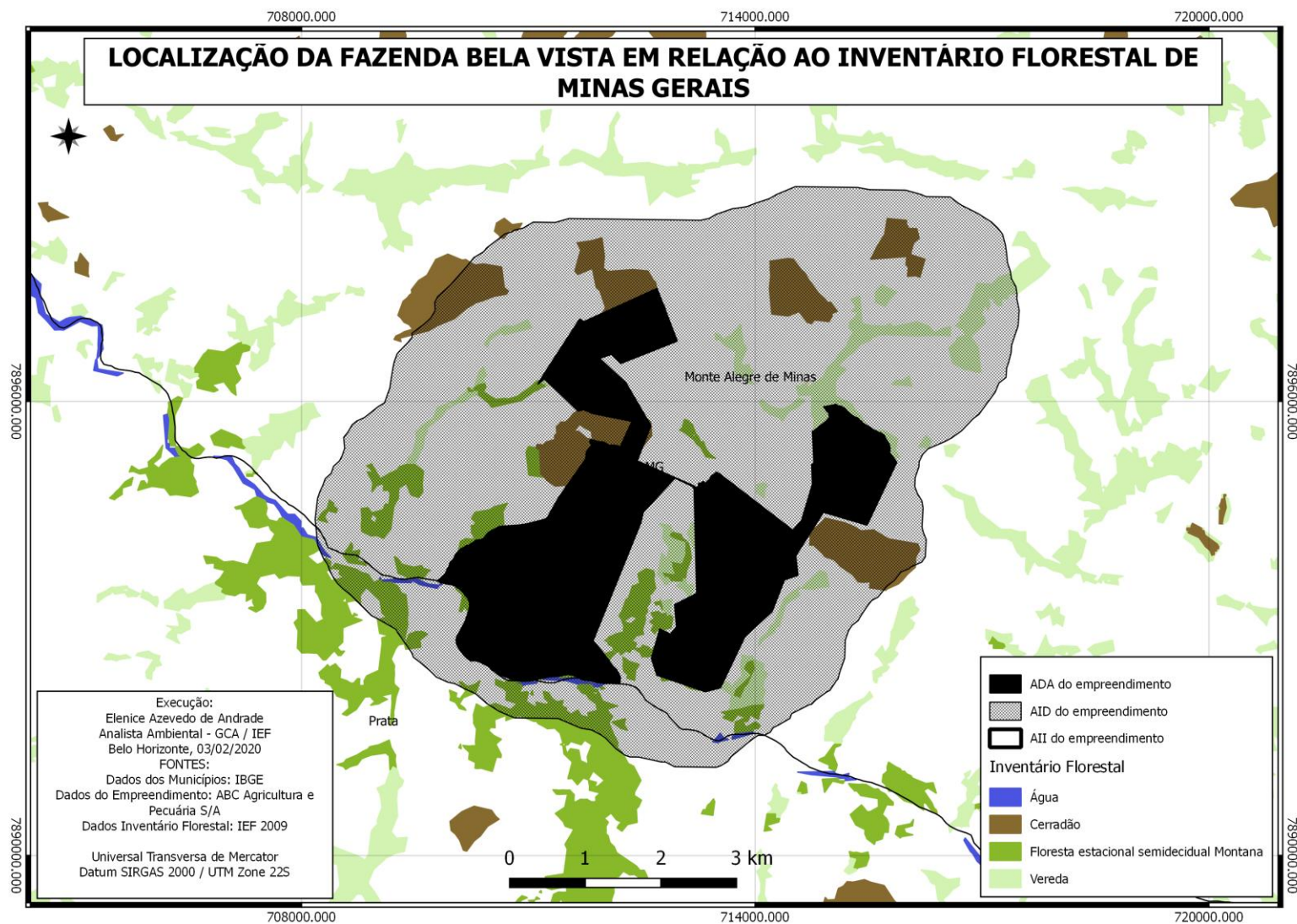
Assessora Jurídica /GCA
MASP 1.170.271-9

De acordo:

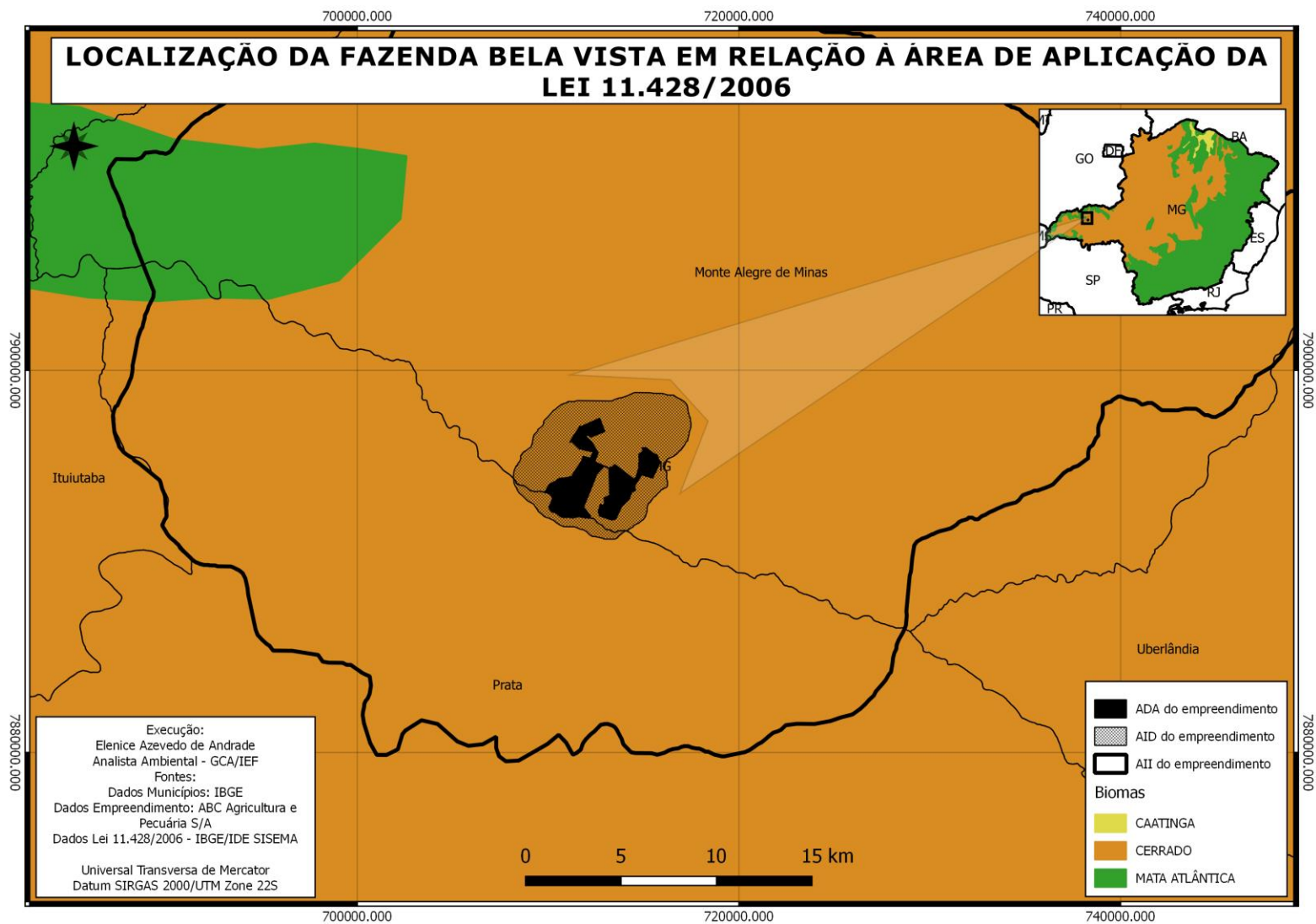
Renata Lacerda Denucci

Gerente da Compensação Ambiental
MASP: 1.182.748-2

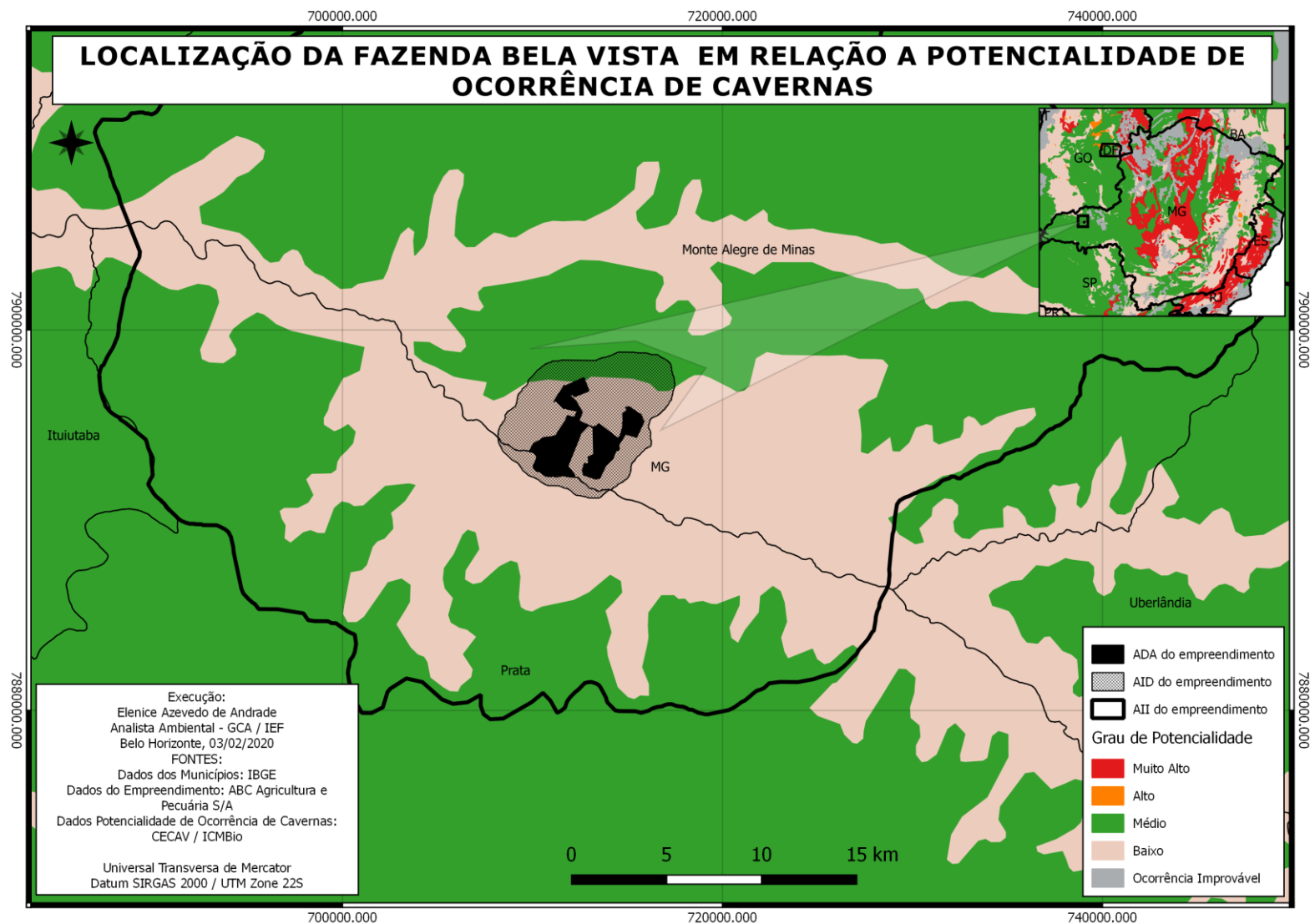
MAPA 01



MAPA 02



MAPA 03



MAPA 04



MAPA 05

